



OS INTELLECTUAIS E A DISSEMINAÇÃO DO NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA: UM ESTUDO A PARTIR DA ANÁLISE GRAMSCIANA

THE INTELLECTUALS AND THE SPREAD OF NEOLIBERALISM IN LATIN AMERICA: A STUDY BASED ON GRAMSCIAN ANALYSIS

Salyanna de Souza Silva¹

Resumo

O artigo em tela faz uma análise o papel dos intelectuais na disseminação do neoliberalismo na América Latina. A partir de uma leitura histórico-dialética da realidade, pautando-se nas reflexões do marxista italiano Antonio Gramsci, realizamos uma pesquisa bibliográfica de obras de alguns dos teóricos neoliberais, com destaque para Friedrich Hayek e Milton Friedman. Compreendemos então que a constituição de intelectuais é um imperativo para o capitalismo atual e sua reprodução. O movimento histórico do desenvolvimento do neoliberalismo na América Latina demonstra a necessidade de utilização tanto de medidas autoritárias e ultra conservadoras, mediante instituição de ditaduras e/ou defesa de postulados reacionários; como da formação de grupos de intelectuais ligados a determinados setores acadêmicos. Atualmente observa-se que partir da tomada dos Estados diversas medidas de contrarreformas sociais são adotadas e intensificadas em prol do capital financeiro internacional. Na América Latina, a partir da experiência da Ditadura do Chile, temos por exemplo a atuação dos “Chicago Boys”, sua influência é também observada no atual governo conservador de Bolsonaro mediante sua equipe de governo.

Palavras chave: Neoliberalismo. Intelectuais. Chicago Boys. América Latina.

¹Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pós-Doutora em Serviço Social pelo Mestrado Acadêmico de Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), com bolsa Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da CAPES. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (2008), mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2011) e Doutorado em Serviço Social pela Università degli Studi Roma Tre (Roma/Itália). **Autora para correspondência.** E-mail: <salyannass@gmail.com>

Abstract

The article on the screen analyzes the role of intellectuals in the spread of neoliberalism in Latin America. Based on a historical-dialectical reading of reality, based on the reflections of the Italian Marxist Antonio Gramsci, we carried out a bibliographical research on the works of some of the neoliberal theorists, notably Friedrich Hayek and Milton Friedman. We understand then that the constitution of intellectuals is an imperative for current capitalism and its reproduction. The historical movement of the development of neoliberalism in Latin America demonstrates the need to use both authoritarian and ultra conservative measures, through the institution of dictatorships and / or defense of reactionary postulates; and the formation of groups of intellectuals linked to certain academic sectors. It is now observed that from the taking of the States various measures of social counter-reforms are adopted and intensified in favor of international financial capital. In Latin America, from the experience of the Chilean dictatorship, we have, for example, the performance of the "Chicago Boys", its influence is also observed in the current conservative government of Bolsonaro through its government team.

Key words: Neoliberalism. Intellectuals. Chicago Boys. Latin America.

INTRODUÇÃO

Como resposta ao quadro de recessão generalizada, iniciado a partir do final dos anos 60, são articuladas um conjunto de respostas econômicas, sociais, políticas e ideológicas; que transforma o desenvolvimento do capitalismo a nível mundial. Do “liberalismo embutido” inicia-se um processo de “neoliberalização” do Estado e da econômica. (HARVEY, 2013). Para responder a crise societária do capital, que se expressa também por uma forte tendência de queda das taxas de lucro, o capitalismo se reorganiza, adotando, dentre outras medidas, a passagem de um padrão de acumulação e regulamentação fordista e keynesianista para um padrão centrado na acumulação flexível e nos preceitos neoliberais. Tal mudança promove inflexões estruturais no âmbito da produção/reprodução e regulação da sociedade (BEHRING, 2011).

Da hipertrofia da esfera financeira à tendência de uma maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas/oligopolistas e ataque aos direitos trabalhistas e sociais, por meio de medidas de flexibilização,

desregulamentação e privatizações; o capitalismo começa também um ataque aos postulados do chamado “*Welfare State*” ou Estado de Bem Estar Social. Logo, são “satanizadas” as “políticas keynesianas” por basearem-se no estímulo a intervenção do Estado na economia. O marco teórico e filosófico que fundamenta tal “nova” reorganização do capital é o neoliberalismo.

Notamos que tal reorganização vem contribuindo para intensificação dos princípios centrais do sistema capitalista, qual seja, “o próprio mecanismo do processo de acumulação multiplica, com o capital, a massa dos ‘pobre laboriosos’” (MARX, 1985, p. 189). Recentemente vemos observando uma “parceria” entre os postulados neoliberais à princípios da extrema direita por meio do crescimento de formas reacionárias, como a xenofobia, o racismo, de grupos de extrema direita em todo o mundo, dados estatísticos revelam que no contexto da crise mundial o neoliberalismo contribui para o crescimento da desigualdade entre ricos e pobres, brancos e negros, homens e mulheres, etc.

O relatório da organização internacional Oxfam, “Bem público ou riqueza pública” (2019)², evidencia que, mesmo diante uma década de crise financeira, o sistema capitalista só intensificou as desigualdades e concentração social/econômica em todo mundo. O que se materializa na quase duplicação do número de bilionários, de 1.125 em 2008 para 2.208 em 2018, acompanhado do aumento da pobreza com a queda em 11% da riqueza da metade da população mais pobre.

Se em 2018 um total de 43 pessoas possuíam a mesma riqueza da metade mais pobre da população (3,8 bilhões de indivíduos), em 2019 esse número se concentrou ainda mais – se reduzindo para apenas 26 pessoas.

² Disponível em

https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/2019_Bem_Publico_ou_Riqueza_Privada_pt-BR.pdf?utm_source=site&utm_medium=social&utm_campaign=davos2019_davos2019-leads-site&utm_content=visitantes-site&utm_term=botao-baixe_botao-baixe_cpc_botao-site_baixar. Acesso em 07 de março de 2019.

Assim, sob a fase no neoliberalismo o capitalismo além de conseguir sua reprodução a nível mundial também intensifica o processo de exploração e acumulação de riqueza, potencializando a barbárie e a desigualdade.

Baseado no método materialista histórico-dialético, em especial nas reflexões do marxista italiano Antonio Gramsci sobre a categoria “intelectuais”, o presente artigo visa trazer a tona elementos históricos e teóricos do neoliberalismo, a partir da análise de algumas obras de seus principais teóricos, em especial o economista e filósofo austríaco Friedrich Hayek e o economista norte americano Milton Friedman.

No segundo momento trazemos alguns elementos da trajetória histórica da implementação do neoliberalismo em todo mundo e particularmente na América Latina, na qual identificamos a forte influência da escola de Chicago e sua disseminação/imposição inicialmente no Chile por meio dos “intelectuais” chamados “Chicago boys” durante a Ditadura de Pinochet (1973 a 1989).

Por fim, apresentamos algumas aproximações no tocante às transformações atuais no Brasil, com a recente vitória de um candidato reacionário influenciado pelo neoliberalismo norte americano.

OS INTELECTUAIS NEOLIBERAIS

Se atualmente o neoliberalismo tornou-se hegemônico mundialmente deve-se em grande parte ao papel acadêmico e intelectual de diversos grupos e pensadores. Tal corrente de pensamento filosófico que postula influências diretas na área da economia (mundial e nacional) nasce em um momento histórico de grandes transformações, incorpora também uma gama de pensadores que asseguram a sua homogeneidade e legitimidade.

A formação de grupos de intelectuais é essencial para reprodução de tal corrente de pensamento. Para o marxista sardo Antonio Gramsci não se pode falar de não-intelectual, todo ser humano é um intelectual, haja vista que “participa de uma concepção de mundo, tem uma consciente linha de conduta moral, então

contribui a sustentar ou a modificar uma concepção de mundo, isto é, a suscitar novos modos de pensar” (GRAMSCI, 2014, p. 1551).³

Assim, os intelectuais orgânicos a uma determinada classe têm a importante função de dar homogeneidade e consciência da função desta, seja no plano econômico que social e político. São assim de extrema importância no processo de construção da hegemonia de classe dominante, de difusão de sua concepção de mundo, não se exclui também o papel do Estado, que junto com os intelectuais, visam à construção do consenso para reprodução da subalternidade das classes sociais.

Historicamente os intelectuais mais influentes do neoliberalismo são contemporâneos a esse período de “crise do socialismo” e crise da proposta keynesiana e *Welfare State*. Os principais expoentes teóricos dessa corrente são: a Escola Austríaca, com Ludwig von Mises (1881-1973) e seu pupilo Friedrich Hayek (1899-1992); e a Escola de Chicago, principalmente com Milton Friedman (1912-2006). Este último assume uma particular importância para a análise do desenvolvimento e implementação no neoliberalismo na América Latina, como ser observará no decorrer de nosso artigo.

Enquanto corrente de pensamento filosófico, o neoliberalismo coloca em primeiro lugar o princípio da liberdade individual, entendida como o agir individual livre da coerção arbitrária dos outros. As relações humanas dentro de uma sociedade são assim entendidas como espaços onde as pessoas podem ameaçar o agir individual umas das outras, o que pode por sua vez restringir a liberdade individual pessoal. Dessa forma, tem-se a constante necessidade da criação e

³ O tema dos intelectuais e sua relação com as classes sociais sempre foi considerado fundamental para Gramsci. Em uma carta a Tatiana Schucht (sua cunhada), datada de 19 de março de 1927, o marxista italiano afirmou que era “atormentado” da ideia de que necessitaria fazer alguma coisa “*für ewig*” (do Alemão “para sempre”, “para eternidade”). Assim, ele elabora um esboço dos cadernos subdividindo em quatro pontos: 1) reflexões sobre a função dos intelectuais italianos no desenvolvimento da questão meridional; 2) um projeto de estudos sobre a linguística comparada; 3) um estudo sobre o teatro de Pirandello e 4) um estudo sobre folhetins/romances e o gosto popular na literatura. Esses após a sua morte foram confiados a sua cunhada. Em 1947 a Editora Einaudi os publica pela primeira vez com o título “Cadernos do Cárcere”.

ampliação de “espaços seguros” do agir dos outros, seja na esfera privada que na pública.

Para os liberais as “coerções” sofridas pelos indivíduos representam um mau que lhes impedem de utilizar toda a sua capacidade e potencialidade mental, pois sob o estado de coerção, as ações individuais dependem inevitavelmente da vontade do outro. É essa dependência que, segundo Hayek, seria negativa para o desenvolvimento individual.

Destarte, o liberalismo tem como pressuposto o ser enquanto “ser egoísta” que procura continuamente defender a própria liberdade da possível coerção dos outros. É a partir de tal estado constante de defesa que o ser individual garante a ampliação de suas capacidades.

Hayek explica que a liberdade individual se expressa na existência de um “estado de liberdade”, cujo indivíduo pode agir sem ser obrigado e constrangido pelos outros. Todavia, o autor reconhece a partir do momento em que vive em sociedade torna-se difícil para a pessoa não sofrer coerções, daí a necessidade da instituição do Estado. Mesmo que o papel deste seja limitado, o Estado cumpre o importante objetivo de proteger as “esferas privadas”, deve assim criar “as condições que consentem ao indivíduo de decidir o próprio comportamento atribuindo-lhe certas normas que o digam o que o Estado fará nas variadas situações”. (*idem*, tradução nossa, 1996, p. 49)

Essa corrente filosófica baseia-se na ideia de que somente nas condições de livre mercado é possível alcançar a liberdade democrática e os direitos civis, opondo-se abertamente contra a planificação da economia, presente nos países da URSS e mesmo na proposta keynesiana. Ao centro se encontra o “estado de liberdade individual” que, a partir do momento em que o indivíduo procura construir-se singularmente os próprios projetos, perseguem concomitantemente o interesse da própria sociedade, bem na perspectiva de “mão invisível” de Adam Smith.

Em seu trabalho mais conhecido, publicado pela primeira vez em 1944 e concebido para ser uma “advertência política”, Hayek (1987) expressa sua preocupação com aquilo que ele denominou de “socialismo radical”. O economista associa a então presente experiência do comunismo ao fascismo, que em suas

palavras “são meras variantes do mesmo totalitarismo” (idem, p.12), pois a adoção de medidas governamentais na economia e na sociedade, assim como o fizeram a planificação socialista, pode levar a “forças totalitárias” inicialmente não esperadas.

O caminho que leva à servidão é trilhado com a adoção de “concepções que penetraram demasiado a fundo toda a estrutura do pensamento de hoje” (idem, p.13) ou seja, a incorporação de medidas regulatórias e planejadas por parte do Estado levam a modificações de ordem psicológica, a alterações na óptica dos ideais políticos de um povo. Percebemos assim que o neoliberalismo trata-se de uma reação a lógica do controle governamental e de intervenções direta por parte do Estado, que tiveram como principal inspiração a experiência do bloco socialista.

A tese central defendida por Friedman (2016) é que o capitalismo é um sistema baseado na democracia e liberdade individual, diferentemente de outras experiências societárias como a URSS. Contudo, seja no passado que atualmente, a história comprova que em realidade para desenvolver-se plenamente o neoliberalismo pode fazer uso de medidas antidemocráticas e neoconservadoras, como por exemplo ditaduras. Alguns exemplos serão analisados no próximo ponto do presente artigo.

Assim, o aparato conceitual do qual se fundamenta o neoliberalismo, ou seja, a dignidade humana e a liberdade individual, conforme Harvey (2013), não passam de conceitos abstratos e alienados, instrumentalizados somente para contribuir no processo de construção da hegemonia do capital. Logo, “quando os princípios neoliberais conflitam com a necessidade de restaurar ou sustentar o poder da elite, esses princípios são ou abandonados ou tão distorcidos que se tornam irreconhecíveis”. (HARVEY, 2013, p. 28)

Atualmente vemos a associação do neoliberalismo à pautas ideo-políticas de extrema direita, vale destacar as vitórias de candidatos reacionários à presidência de países que ocupam uma posição estratégica mundialmente, como por exemplo Donald Trump em 2016 para os Estados Unidos da América, Matteo Salvini em 2018 (vice-primeiro-ministro) para Itália e Jair Bolsonaro em 2019 no Brasil; evidencia-se o crescimento de medidas reacionárias, como a xenofobia, o racismo e o revigoramento do nazifascismo, em todo o mundo, no contexto da crise mundial, na

qual, o neoliberalismo contribui decisivamente para intensificar a distância entre ricos e pobres e posturas discriminatórias e de intolerância.

Dentre as figuras de referência no recente movimento da extrema direita, destacamos Steve Bannon, ideólogo de extrema direita e atual assessor político estadunidense, que vem articulando diversos movimentos em todo mundo em prol da reorganização grupos conservadores e reacionários.

CAPITALISMO NEOLIBERAL LATINO-AMERICANO: O PAPEL DOS INTELECTUAIS EM SUA DISSEMINAÇÃO

A difusão do neoliberalismo se realizou principalmente por meio das instituições supranacionais, especificamente o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em nível europeu, por meio da Comissão Européia, do Instituto Monetário Europeu e depois do Banco Central, que posteriormente inspirou dois projetos europeus: o mercado único e a União Econômica e monetária.

Para os países considerados “em via de desenvolvimento”, os princípios neoliberais constituíram a base do “pacote” econômico ditado pelo *Washington Consensus* promovido pelo FMI e o Banco Mundial.

Vale ressaltar que depois da queda do muro de Berlim e da URSS (em 1989), ao capitalismo dos Estados Unidos interessava minar qualquer alternativa de projeto societário, ou seja, qualquer outra tentativa de reconstrução do socialismo.

Chossudovsky (1998) afirma que nos países da ex-União Soviética, como a ex-Iugoslávia, as medidas de contrarreforma de caráter neoliberal foram promovidas de forma incisiva, de modo a promover um verdadeiro “genocídio econômico”. A experiência histórica passada e presente vem demonstrar, como buscaremos apresentar no presente ensaio, que o neoliberalismo pode em certos contextos ser tratar-se de uma arma de aniquilação econômica e política visando assim o controle e domínio de outros países e blocos internacionais.

Neste sentido, é importante observar como o neoliberalismo se desenvolveu na América Latina enquanto verdadeiro laboratório: aqui ele associou-se à repressão

ditatorial e à violência. Afirma o filósofo argentino Tognonato (2014), que antes de difundir-se aos demais países do mundo, o neoliberalismo passou por uma “fase de experimentação” com o Ditador Pinochet no Chile em 1973.

Naquele momento, na América Latina - o continente que sempre foi “vigiado” pelos Estados Unidos - existiam grupos que procuravam construir um projeto contrário àquele hegemônico norte-americano. Tomemos como exemplo o “vizinho” cubano e o êxito da Revolução de Fidel Castro, que em 1 de janeiro de 1959 destituiu o ditador Fulgêncio Batista, e, sob a influência da então União Soviética, o governo Castro iniciou diversos programas sócio-assistenciais e econômicos. É sob esse espírito socialista que em 4 de novembro de 1970, no Chile, vence Salvador Allende, considerado o primeiro presidente de esquerda eleito democraticamente, que institui o governo *Unidad Popular*. A partir do exemplo de Cuba, iniciou reformas para o bem estar social e econômico da população, como a nacionalização de alguns setores estratégicos para a economia do país e políticas sociais redistributivas.

Se entre os(as) chilenos(as) Allende era consagrado, aos olhos dos Estados Unidos era considerado como falimento da sua influência e, por isso, um governo para ser derrubado. E de fato, o foi por meio do golpe de Estado de 11 de setembro de 1973, com o general Augusto Pinochet. Durante a ditadura que se segue é fechado o parlamento, proibidas as manifestações de qualquer tipo e atividades partidárias e sindicais, além da violência e milhares de prisões, mortes e torturas. (TOGNONATO, 2014, tradução nossa). É nesse ambiente de não democracia, que se inicia o programa neoliberal idealizado por Milton Friedman. Com cortes fiscais, privatizações de serviços, empresas e bancos, livre comércio, notáveis reduções na despesa social pública, em benefício dos grandes investimentos financeiros.

Destarte, é importante realizarmos um resgate do contexto histórico, das bases não apenas econômicas, mas políticas e ideológicas que contribuíram diretamente para a “fase de experimentação” da política neoliberal no Chile.

Conforme sinaliza Antonio Gramsci (2014), para construir e manter hegemonia as classes sociais fazer uso de intelectuais que difundem sua

perspectiva político-ideológica. Tomando a experiência chilena claramente podemos evidenciar a invertida norte americana neoliberal na formação de intelectuais chilenos nos centros de pesquisa da Universidade de Chicago.

Em meados de 1950, particularmente em 1956, foi firmado um Convênio entre a *Pontificia Universidad Católica de Santiago de Chile* e a Universidade de Chicago, tal intercambio tinha como escopo realizar missões, estudos e pesquisas no âmbito da pós-graduação em economia entre pesquisadores(as) de ambas as instituições.

É importante ressaltar que a universidade chilena vinha em um percurso de realizar cursos direcionados para grandes empresários do país, assim como participando da elaboração de programas econômicos para representações políticas, além de sua contribuição ao programa econômico do candidato vencido Jorge Alessandri Rodríguez nas eleições de 1970.

Ao financiar bolsas de estudos na Universidade de Chicago juntamente com o grupo de pesquisa de Milton Friedman, os economistas liberais chilenos que participavam e retornavam ao país ficaram sendo conhecidos como “Chicago boys”.

Tal grupo tornou-se a base intelectual que prestava assessoria ao governo ditador. Entre as medidas de ataque aos direitos sociais da população chilena no período, vale ressaltar que o governo ditatorial e ultra liberal chileno realizou uma “reforma” da previdência nacional em 13 de novembro de 1980 dando total espaço para o mercado de capitalização.

Ao excluir o setor de militares, o novo modelo não previa a contrapartida nem do Estado nem do patronado, indo de encontro ao modelo tradicional de política de previdência social vigente em praticamente todos dos países mundo desde o século XX fruto da luta da classe trabalhadora. O inaudito sistema de previdência chileno foi composto basicamente pela contribuição de 10% do salário dos/das trabalhadoras(es) diretamente à seis fundos de privados de pensão.

Atualmente é evidente o quanto tal modelo proporciona uma verdadeira catástrofe para as/os trabalhadoras(es), dados revelam que 90% das/dos chilenas(os) receberam uma aposentadoria equivalente a metade do salário mínimo,

entre 154 mil pesos (R\$821,00). (Fonte: Jornal Le diplomatique Brasil –Disponível: <https://diplomatique.org.br/brasil-novo-laboratorio-da-extrema-direita/> Acesso: 15 de janeiro de 2019) O que aumentou os índices de pobreza no país.

Nesse período, em praticamente todos os países da América Latina se evidenciava o regime da ditadura militar. No final dos anos 80, à América Latina vem-se “pro(im)posto” o modelo econômico neoliberal que se traduziu em: privatização das empresas estatais; desregulamentação das economias nacionais; liberalização do mercado; redução do papel econômico do Estado e diminuição da despesa pública; reforma tributária para conter o déficit público; eliminação de cada tipo de restrição e taxas alfandegárias sobre os produtos de importação; liberalização dos investimentos provenientes do exterior; e reforço do setor privado com eliminação dos subsídios. (CHOSSUDOVSKY, 1998, p.51)

Sendo assim, as políticas neoliberais foram mais radicais e destrutivas nos países da ex-União Soviética e da América Latina. As consequências para tais países foram diversas: a ruína econômica e política; o crescimento das taxas de desemprego; as pequenas e médias empresas nacionais faliram porque não conseguiram competir com as multinacionais; salários baixos, aumento das desigualdades em nível nacional e regional. As despesas sociais foram cortadas, as empresas estatais privatizadas ou fechadas e, concomitantemente ao desmantelamento do *welfare state*, cresceram as iniciativas privadas e de assistência, justamente como propuseram Hayek e Friedman. (TOGNONATO, 2014, p. 170)

A partir dos anos 2000, na América Latina, inicia-se um importante processo de transformações políticas, que pode ser representado principalmente pela vitória democrática e eleitoral à presidência da república de partidos historicamente considerados de esquerda.

Em 2003, no Brasil, com o Partido dos Trabalhadores (PT) inicialmente com Luiz Inácio Lula da Silva (por dois mandatos) e depois com Dilma Rousseff, a partir de 2011. Em 2006, na Bolívia, com o Partido Movimentos para o Socialismo, com Evo Morales. No Chile, em 2006, com Michelle Bachelet. No Equador, com Rafael

Correa, em 2007, no Paraguai com Fernando Lugo em 2008, no Uruguai com o partido Frente Amplio com Tabare Vazquez, em 2005, e Jose Mujica, em 2010, e novamente Vazquez em 2015. Na Venezuela, em 2002 com Hugo Chavez Frias de 2002 a 2012 e depois com Nicolas Maduro em 2013.

Muitos desses países realizaram oposições às políticas do FMI, alguns com posturas mais radicais como a Venezuela. Contudo, foi emblemática a escolha coletiva pela rejeição e não aceitação da extensão do NAFTA (Tratado Norte Americano de Livre Comércio) e criação de uma área de comércio e mercado único no continente.

Esses governos inauguraram novas formas de acordos a nível geopolítico e local. Destaca-se em 2011 a criação do bloco BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), um grupo de cooperação econômica que visa reunir os países considerados de mercado emergente.

No caso do Brasil, ao analisar os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, Alves (2016) afirma que tais governos de caráter neodesenvolvimentista⁴ apresentam também uma contradição da arquitetura geopolítica, pois se de um lado implementaram uma política de caráter um pouco mais nacionalista, de outro lado não romperam com o Estado neoliberal internacional implementado nos governos anteriores.

Contudo tal inflexão durou pouco tempo. Em meado do seu segundo mandato, a então presidenta Dilma Rousseff sofre um aparelhado e orquestrado *impeachment* impulsionado por um movimento de direita. Tal evento foi caracterizado por alguns estudiosos como expressão de um golpe de estado. Assume o cargo de presidente o vice Michel Temer, que, de imediato, instituiu como ministros um grupo de políticos e técnicos de direita.

Para buscar entender tal evento histórico é relevante nos debruçarmos sobre a compreensão da realidade brasileira, e a reiteração do chamado “drama crônico”

⁴Para um estudo mais aprofundado do período caracterizado como “neodesenvolvimentista” sugere-se a leitura de Macário (2014) e Mota (2010).

(FERNANDES, 2006), entendido por Florestan Fernandes como um círculo vicioso que se repete reatualizando e reafirmando traços da heteronomia e do conservadorismo da burguesia nacional que se materializam no Estado e na sociedade civil. Para o referido autor, a burguesia nacional não foi capaz de realizar a “revolução burguesa”, nos moldes da burguesia dos países europeus.

Dessa forma, no Brasil a burguesia nacional se aliou aos setores mais reacionários, como a aristocracia escravagista, o que desencadeou uma classe dominante e política antinacional, antidemocrática e antipopular, submissa também ao capital internacional, em especial à burguesia norte-americana, capaz de adotar mecanismos e instrumentos antidemocráticos frente a qualquer expressão de organização dos grupos subalternos.

O governo que se deu posteriormente foi de desmantelamento das políticas sociais existentes e ataque frontalmente os direitos sociais e trabalhistas, através principalmente de medidas “pelo alto”, como por exemplo diversas Emenda Constitucional (EC), como por exemplo a EC 95, que instituiu um novo regime fiscal com limite para os gastos da União para as próximas duas décadas.

O “golpe de 2016” parece na realidade ter sido apenas uma primeira fase para aniquilação de um ciclo neodesenvolvimentista. Em tal contexto de reafirmação dos setores conservadores brasileiros reverberou fortemente nas eleições de 2018 que foram marcadas por manobras políticas que envolveram seja o parlamento, que o setor jurídico.

Como resultado do segundo turno das eleições de 2018, vence para presidente da república a chapa Jair Bolsonaro e vice o general Hamilton Mourão com 55.205.640 votos (55,54% dos válidos), contra a chapa do Partido dos Trabalhadores (PT) para presidente da república Fernando Haddad e vice Manuela D’Avila.

Além das eleições de 2018 expressarem o aumento de candidatos ligados às forças armadas, o presidente eleito é notoriamente conhecido por suas posturas ultra-conservadoras, machistas, sexistas, homofobias e racistas. Em sua campanha o Bolsonaro afirma fazer a defesa da família, da propriedade privada com

exacerbação do individualismo, da moralidade, com fortes ataques ao PT, considerado “partido da corrupção”, e a correntes políticas de esquerda.

Em seu programa político notoriamente identificamos uma alusão aos intelectuais neoliberais, a exemplo na frase “A Liberdade é o caminho da prosperidade. Não permitiremos que o Brasil prossiga no caminho da servidão”, se reportando a obra “Caminho da Servidão” de Hayeck que nos referimos acima.

Além de ter como vice-presidente um general, ressalta-se a presença do economista Paulo Guedes como atual Ministro da Economia⁵. Dentre as medidas defendidas e em pauta pelo economista está a de acabar com a previdência pública por repartição e ir paulatinamente mediante contrarreformas instituir o modelo de capitalização.

Anunciada em mês de fevereiro, a PEC 06/2019 trata-se na realidade de uma contrarreforma no âmbito de toda seguridade social, pois além de aumentar os anos de trabalho e contribuição para classe trabalhadora, principalmente para as mulheres e trabalhadoras rurais, o projeto de lei prevê alterações na assistência social, particularmente na concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) de 65 para 70 anos, estando previsto também a possibilidade de redução do benefício que é de um salário mínimo para R\$400,00 caso seja requerido com 60 anos de idade.

Para além de tais retrocessos a supracitada PEC prevê tornar os direitos previdenciários objetos de leis complementares, em um movimento de “desconstitucionalização”, o que facilitaria sua alteração por parte do governo central.

Logo, embora o governo tenha anunciado que não cortou nenhum direito previdenciário, a partir do momento em que essa contrarreforma seja aprovada, mais facilmente tais direitos poderão ter alterados seus critérios e parâmetros, não precisando de maioria substantiva, pois para uma lei complementar ser aprovada no

⁵ Ministério este formado pela fusão da pasta da Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e uma parte do Ministério do Trabalho.

parlamento basta maioria absoluta (metade mais um) dos membros da câmara e do senado.

Trata-se assim de uma contrarreforma machista e racista, pois serão principalmente os grupos historicamente excluídos do mercado formal de trabalho, ou seja, as mulheres e os negros, que serão diretamente impactados (as).

No tocante a proposta de capitalização da previdência social, ressaltamos que esse sistema é pautado por uma lógica individual, no qual o/a trabalhador(a) escolhe um determinado fundo de previdência ou banco e todo mês faz o repasse, sem a contrapartida do Estado ou do empresário.

Evidenciamos aqui uma forte semelhança com o modelo implementado brutalmente no Chile na década de 1980, o fato é que Paulo Guedes além ter realizado mestrado e doutorado em economia na Universidade de Chicago, pertencendo ao grupo de Friedman, foi também assessor no governo de Pinochet.

Com tal medida objetiva-se acabar com a previdência pública, limitar o acesso aos direitos previdenciários, e tornar a política um espaço lucrativo para apropriação de parte do salário da classe trabalhadora por parte dos bancos e fundos de pensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reprodução das bases econômica do sistema capitalista é intrínseca a reprodução de suas relações sociais de exploração e dominação. Nesse sentido, diante suas constantes crises, seja as cíclicas que a de caráter estrutural e orgânico, o capital vai busca uma refuncionalização e reestruturação das bases da econômica, do Estado e da sociedade. Para assegurar um consenso e hegemonia, são garantidos também um grupo de intelectuais que pensem filosoficamente e economicamente os pressupostos bases para disseminação na sociedade.

Da análise de autores do neoliberalismo, com destaque para Hayek e Friedman, nota-se uma teoria que prioriza a liberdade individual abstrata e descontextualizada, alienada dos reais fundamentos históricos sociais.

Ao analisarmos o desenvolvimento histórico do neoliberalismo na América Latina vemos a apropriação e criação de grupos da sociedade civil, com destaque

para aqueles ligados as universidades com objetivo de formar teóricos e intelectuais, como por exemplo os chamados “Chicago Boys”, que possam projetar e materializar medidas para liquidar com as políticas sociais.

Dentre tais processos, as políticas seguridade social são cada vez mais disputadas e apropriadas pelo capital portador de juros, o que implica na reconfiguração e alteração de sua forma de intervenção, que passam a serem atravessadas pela lógica das finanças.

No Brasil, seguindo as orientações dos organismos multilaterais, vivemos um processo articulado e programado de constantes inflexões no âmbito da legislação social. São verdadeiras “contrarreformas” de caráter autoritário e antidemocrático que alterar a Constituição Federal de 1988⁶, tem-se dessa forma verdadeiros retrocessos para sociedade brasileira, em especial para aqueles grupos que dependem do conjunto de seguridade social pública (saúde, previdência e assistência social, conforme o estabelecido nos Artigos 193/194 e 195 do Título VIII – Da Ordem Social).

Recentemente notamos um movimento de agressivos ataques aos pressupostos do Welfare State a nível mundial, os postulados do hodierno neoliberalismo vêm se fortalecendo assumindo pautas ideo-políticas de extrema direita, estas por sua vez necessitam de grupos de intelectuais para sua reprodução.

De outro lado, no Brasil podemos entender que a recente ascensão de grupos reacionários e direitistas ao poder por ser explicada também por elementos da própria constituição da burguesia nacional de caráter eminentemente conservador, escravagista, antidemocrática e antipopular.

O atual governo evidencia todos esses elementos e ainda ressalta o seu caráter heteronômico, no qual a burguesia brasileira se “curva” ao neoliberalismo norte-americano e ainda importa “chigaco boys” para desestruturar as parcas políticas de seguridade social.

⁶ Pelo menos até 2017, um total de 99 emendas à Constituição Federal de 1988 já haviam sido aprovadas.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no capitalismo tardio**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CHOSSUDOVSKY, M. **La globalizzazione della povertà. L'impatto delle riforme del Fondo monetario internazionale e della Banca mondiale**. Torino: Ed. Gruppo Abele, 1998.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica**. 5ª ed. São Paulo: Ed. Globo, 2006.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e libertà**. Torino: IBL Libri, 2010.

_____. **Capitalismo e liberdade**. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

GRAMSCI, Antonio. Quaderno 12 (XXIX) 1932. **Appunti e note sparse per un grupo di saggi sulla storia degli intellettuali**. 1. In: *Quaderni del Carcere*. Volume primo, Quaderni 12-29 (1932-1935). Torino: Giulio Einaudi editore, 2014.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 4ª edição. São Paulo: Editora Loyola, 2013.

HAYEK, Friedrich. **La società libera**. Firenze: Edizioni Seam, 1996.

_____. **Liberalismo**. Roma: Ideazione Editrice, 1996.

_____. **O caminho da servidão**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Expressão Cultura, Instituto Liberal, 1987.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. **Brasil, novo laboratório da extrema direita**. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/brasil-novo-laboratorio-da-extrema-direita/> Acesso: 15 de janeiro de 2019).

MACÁRIO, Epitácio. **Neodesenvolvimentismo e Questão Social: reflexões baseadas em dados do Brasil e Ceará**. In: CUNHA, Aurineida Maria; Silveira, Irma Maria Moroni da (org). *Expressões da Questão Social no Ceará*. Fortaleza: Ed UECE, 2014. Páginas 61 a 92.

MARX, Karl. **O capital. Volume II**. Os economistas. 2 ed. São Paulo: Nova cultura, 1985.

SILVA, S. S.

Os intelectuais e a disseminação do neoliberalismo na América Latina: um estudo a partir da análise gramsciana

MOTA, Ana Elizabete (org). ***As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social***. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010.

OXFAM. **Bem público ou riqueza pública. 2019.** Disponível em https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/2019_Bem_Publico_ou_Riqueza_Privada_pt-BR.pdf?utm_source=site&utm_medium=social&utm_campaign=davos2019_davos2019-leads-site&utm_content=visitantes-site&utm_term=botao-baixe_botao-baixe_cpc_botao-site_baixar. Acesso em 07 de março de 2019.

TOGNONATO, Claudio. ***Economia senza società. Oltre i limiti del mercato globale***. Napoli: Liguori Editor, 2014.